

UMA MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADA: os livros escolares e a história-pátria

Paulete Maria Cunha dos Santos*

Resumo: O artigo pretende revelar o projeto educacional e social nos livros escolares da Série Fontes, divulgada e amplamente utilizada nas escolas públicas de Santa Catarina, em um momento de revivificação do nacionalismo brasileiro.

Palavras-chave: Série Fontes; pátria(nação); educação pública.

Em Santa Catarina, a noção de que *“uma boa educação forma um bom cidadão”* pode ser encontrada na série de livros escolares de Henrique da Silva Fontes, denominada Série Fontes, a partir da década de 1920, conectada ainda com um momento de recrudescimento do nacionalismo. A educação foi pensada como capaz de proporcionar o desenvolvimento da cidadania e, portanto, o engrandecimento da pátria (nação), isto é, proporcionar a harmonia necessária ao bem estar social. As imagens deste ideal de cidadão são retratadas nas inúmeras lições da Série Fontes, como por exemplo: *“O menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente.”*¹

Esta idéia pode ser melhor traduzida no ato de reviver, de re-significar as noções presentes na Série Fontes de fé, justiça, lealdade, honradez, honestidade, que o “bom cidadão” deverá construir para si e sua família. Portanto, neste momento especial do nacionalismo, o discurso da intelectualidade brasileira concede um outro significado ao valor da educação, ou seja, o de constituir a redenção nacional.

* Professora de História da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS –

¹ FONTES, Henrique da Silva. Segundo Livro de Leitura. Série Fontes. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p.7.

O organizador da Série Fontes foi Henrique da Silva Fontes, nascido em Itajaí-SC, a 15 de março de 1885, e falecido em Florianópolis a 22 de março de 1966, filho do comerciante e industrial Manoel Antônio Fontes e de Ana da Silva Fontes. O professor Fontes, como gostava de ser chamado, era antes de tudo um humanista, um educador.

Uma singular característica da Série Fontes é que o seu criador Henrique Fontes *recusou quaisquer reservas de direitos autorais* sobre a obra.

Para apresentar o objetivo da elaboração desta série de livros escolares, nada melhor que as palavras do próprio autor:

Não foi falta de bons livros de leitura que me levou a propor ao Ex.mo. Sr. Dr. Hercílio Luz a impressão por conta do Estado da presente série de livros escolares.

A causa dêste empreendimento foi a falta de livros de custo módico, de livros que, podendo ser adquiridos sem sacrifício pelos remediados, possam também, à larga, ser distribuídos gratuitamente entre aqueles para quem alguns tostões representam quantia apreciável.²

A partir desta declaração, que faz parte do prefácio das várias edições, podemos observar que um dos seus objetivos é a organização da educação popular. Nesse sentido, a Série Fontes representa uma das medidas encaminhadas pelo governo de Santa Catarina, para administrar a instrução elementar nas escolas públicas do Estado. Porém, se faz pertinente evidenciar que o Estado assumiu o propósito pedagógico da Série, realizando assim, uma iniciativa peculiar na história da política educacional.³

Em face do enunciado, a história da educação em Santa Catarina não pode deixar de evidenciar a importância, edição e circulação da Série Fontes na conformação de hábitos e valores, durante um longo período, que vai de 1920 até os anos 50. Sendo

² FONTES, Primeiro Livro de Leitura. Série Fontes. Prefácio da primeira edição, em janeiro de 1920.

³ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. A Secretaria da Justiça e sua relação com a Educação. Florianópolis: Ed. da UFSC/Arquivo Público do Estado. SC, 1985. p. 36.

assim, os conteúdos desta Série parecem indicar um significado do nacionalismo válido durante o Estado Novo e que ainda prosseguiu nas décadas seguintes. Inclusive, importa ressaltar que sua repercussão entre os professores possibilitou o envio de cartas ao seu autor, conforme o mesmo havia pedido no prefácio.⁴

A Série Fontes compõe-se de cinco livros que englobam o curso elementar e, observando-se atentamente, pode-se constatar que, para compor uma rede discursiva em suas páginas, foram escolhidas inúmeras lições, de vários autores, como veremos a seguir, e cujos temas básicos como bem expressa seu organizador são uma: “[...] *compilação de trechos em que brilham lições de moral e civismo* [...]”⁵

Com este estudo, pretende-se dar historicidade aos significados que se operam no discurso dos intelectuais, que assinam as “lições” na *Série Fontes*, para instaurar um discurso fundador. Segundo Eni Puccinelli Orlandi, o discurso “[...] *cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.*”⁶ E por isso, cria uma memória institucionalizada: da história do país, dos seus cidadãos e da identidade nacional.

Assim como a Revolução Francesa instala no imaginário da multidão a noção de cidadania nos perguntamos, até que ponto, a Primeira Guerra instala no imaginário dos diferentes povos envolvidos no conflito, o conceito de nacionalismo? “*É nos momentos de crise que a questão nacional passa a englobar e sintetizar as demais, e o nacionalismo se transforma em um conceito inclusivo.*”⁷ A constatação supracitada é de Lúcia L. Oliveira, e na sua concepção a Primeira Guerra trouxe um outro significado à questão nacional brasileira:

⁴No acervo Henrique da Silva Fontes encontramos duas cartas, datadas em 1920. A primeira, de um professor da “Escola pública do sexo masculino da Villa de Paraty”. A segunda carta, do mesmo ano, lhe é dirigida por um Frei da Ordem Franciscana de Blumenau

⁵FONTES, *Quarto Livro de Leitura. Série Fontes*. Prefácio da primeira edição, em maio de 1930. Florianópolis : Typ. Livraria Moderna, 1930.

⁶ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP : Pontes, 1993. p.11-25. Ver da autora, *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 2.ed. rev. e aum. Campinas, SP : Pontes, 1987.

⁷OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 23.

*Não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades das raças que formaram o homem brasileiro - dois traços que caracterizam o nacionalismo do tipo ufanista. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na **salvação do país**.* [sem grifo no original] ⁸

Neste momento, delineiam-se os primeiros movimentos de difusão de idéias nacionalistas. Afirmamos aqui, a partir de 1915, um momento significativo na construção do nacionalismo. Exatamente neste ano, os aliados fundaram a Liga Brasileira pelos Aliados, presidida por Rui Barbosa, organização da qual Olavo Bilac era um dos membros.

Olavo Bilac inicia suas conferências em prol da instrução primária e do serviço militar obrigatórios. O resultado dessa campanha patriótica foi a formação da Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916. A educação conduziria o povo à civilização e o serviço militar obrigatório, na proposta de Bilac, era percebido como um instrumento na concretização da democracia com cidadãos “excelentes”. Vejamos num momento anterior seu discurso aos estudantes da Faculdade de São Paulo, em 9 de outubro de 1915:

Nunca fui, não sou, nem serei militarista (...) O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis (...). Que é o serviço militar generalizado?

*É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. **É a instrução primária obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória.*** [Sem grifo no original].⁹

⁸ OLIVEIRA, A questão nacional..., p. 145.

⁹ BILAC, Olavo, A defesa nacional (discursos). Rio de Janeiro, Liga de Defesa Nacional, 1917. p. 7. Apud: OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p. 120.

O momento é de conflito mundial, portanto o serviço militar e a instrução primária combaterão os perigos externos e internos que impedem a unidade moral, e a “fé no patriotismo”.

O ideário da democracia social é fruto do novo regime instalado. Por isso, diante de uma ordem política não estabelecida se faz urgente a ordem moral. Nesse momento, portanto, a educação é percebida como responsabilidade da República, na tentativa de eliminar o analfabetismo e consolidar a nova ordem social. Nesse sentido, encontramos no discurso de Orestes Guimarães, mentor da reorganização do ensino em Santa Catarina (1911) uma posição articulada com os discursos de Bilac: “colocando como responsabilidade republicana a educação em função da aspiração por um exército, marinha, magistratura e instrução primária nacionais.”¹⁰ Como se pode inferir há nos discursos em pauta uma recorrência de temas o que parece indicar uma preocupação generalizada de vários setores com a educação.

Segundo Jorge Nagle, a proposta de Bilac

*representou o lema da Liga de Defesa Nacional, isto é, o serviço militar obrigatório e a educação cívico-patriótica. Esse foi um dos movimentos de formação da consciência nacional que proporcionou o surgimento e a atuação de outros grupos, são eles: A Liga Nacionalista de São Paulo (1917), e um outro grupo agressivo, com raízes no Rio de Janeiro que se formou em torno da revista Brazílea (1917), de onde surgirão a Propaganda Nativista (1919) e a Ação Nacionalista (1920). Assim, com o movimento das ligas, configura-se o programa nacionalista; que propõe combater a “estrangeirização” do Brasil e eliminar o analfabetismo, com a difusão da escola primária.*¹¹

¹⁰ Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado, do Inspetor Geral de Ensino, Orestes Guimarães, para o Secretário Geral do Estado, Gustavo Lebon Régis. p. 349. Governo Vidal Ramos, p. 119, 1911. Apud: CORREIA, A Secretaria da Justiça..., op. cit., p. 27.

¹¹ NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In. FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil republicano. Tomo III, São Paulo : Difel, 1975. V.1. p. 261-263.

As ligas nacionalistas tiveram um papel decisivo na difusão do processo educacional. Enquanto movimentos de pregações cívico-patrióticas, sistematizaram o programa de “soerguimento moral” da nacionalidade. Este programa se constituía na disseminação da educação popular, considerada a “chave” para todos os problemas sociais, políticos e econômicos que assolavam o país.

Na opinião desse autor o entusiasmo do processo educacional mediado pela campanha nacionalista, especificamente na década de 1920, resultou em movimentos reformistas estaduais das escolas primárias e normais orientados pelo ideário do escolanovismo.¹²

No Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina (1918), dois artigos nos confirmam a afinidade da política educacional catarinense com o programa nacionalista:

Art. 9 . Fica proibido aos inspectores escolares, directores de grupos escolares, de escolas complementares ou reunidas, fazerem parte das directorias de associações, salvo da “Caixa Escolar” “Liga Contra o Analfabetismo” e “Defesa Nacional”.

*Art. 12. Só brasileiros natos poderão ser nomeados inspectores escolares, inspectores municipaes ou chefes escolares.*¹³

A Série Fontes, enquanto um dos veículos de divulgação da reorganização da política educacional do Estado de Santa Catarina que procurava cumprir o direito de gratuidade à instrução primária, assegurado na Constituição Estadual e Federal, nos revela sua integração no projeto nacional de “moralização da pátria”, o que nesse momento significa difundir a educação popular, apregoada pelas ligas nacionalistas, e mais tarde, reforçado pela Escola Nova.

Alfabetizar, é portanto, formar “o bom cidadão” já que a

¹² NAGLE, A educação..., p.264-265. O escolanovismo é um movimento da década de 1930, liderado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira que revogava os métodos tradicionais de aprendizagem (aluno passivo) para uma pedagogia mais dinâmica, onde o aluno fosse o centro do processo, e não o professor como antes.

¹³ DECRETO n. 1181, de 3 de dezembro de 1918. Título I, Cap. VI: Dos Inspectores Escolares. Apud: FONTES, Revista de Ensino..., op. cit., p. 7-8.

Constituição proíbe o voto para o analfabeto. Enfim, no discurso dos intelectuais: *“A percepção ‘romântica’ dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resulta na superestimação do processo educacional; regenerador do homem, ele é, conseqüentemente, o regenerador de toda a sociedade”*.¹⁴

Essa percepção otimista de educação no pós-primeira guerra, enquanto alicerce da organização social, é promissora de uma democracia, que combatesse a minoria oligárquica, em posição privilegiada do poder de decisão e de voto. A opinião do professor Fontes na Revista de Ensino Primário (1922), é reveladora de uma postura de cumplicidade com os intelectuais, que tinham como ideal, a educação do povo como base da organização social: *“[...] pois sem a instrução real e eficiente dos mestres, isto é, dos formadores de novéis cidadãos, a independência nacional ainda está por completar, porque ignorância e semi-analfabetismo são incompatíveis com a democracia”*.¹⁵

Nesse momento a fórmula para a salvação do país recebe um outro elemento, a saúde. Portanto, são agora educação e saúde os principais elementos de redenção da pátria.

*Este novo nacionalismo envolveu a busca de uma nova identidade e teve como parâmetro a recusa dos modelos biológicos que embasavam o pensamento racista. Se é verdade que o ufanismo não fazia uso da ciência racista, não é menos verdade que a elite cientista tomava as raças e a miscigenação como limites básicos para a atualização do Brasil e sua adequação aos padrões do mundo civilizado. Neste sentido, o novo nacionalismo, que defendia a consciência de uma identidade nova, rompeu com a herança européia, pelo menos na vertente que pressupunha o determinismo racista.*¹⁶

¹⁴ NAGLE, A educação..., op. cit., p. 263.

¹⁵ FONTES, Henrique da Silva. Revista de ensino primário. Ed. Do Centenário da Independência Nacional. Florianópolis: Typ. da Liv. Moderna, n.1, set. 1922, p. 1.

¹⁶ SKIDMORE, Thomas. Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Apud: OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p.145.

Fatores como a raça e o meio não são mais tão prioritários para justificar uma “índole” do povo brasileiro ou um estágio de desenvolvimento em que se encontra o país. A nova construção da identidade nacional procura libertar-se das teorias “científicas” que assinalam os anos iniciais da Primeira República.

Renato Ortiz em sua obra Cultura Brasileira e Identidade Nacional faz a releitura dos precursores das ciências sociais no Brasil, entre eles: Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Esses intelectuais discutem a questão racial em fins do século XIX e início do século XX e, às suas interpretações, o autor concede um caráter de “implausibilidade”, porque sustentam a superioridade da raça branca. Por outro lado, a releitura desses intelectuais aponta para uma outra constatação: *“um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional”*.¹⁷

O discurso da intelectualidade, nos últimos quinze anos da Primeira República, é revelador de um outro significado na construção da nacionalidade e que se concretiza, sobretudo, numa política de saúde pública no combate às endemias e nas campanhas de saneamento básico, enfatizado de forma didática e exemplar na Série Fontes, como, por exemplo, preocupações com a higiene, postura física, etc.

Oswaldo Rodrigues Cabral está entre os intelectuais catarinenses que discutem a questão da saúde. Médico, além de historiador, publica *Problemas Educacionais de Hygiene* (1929), trabalho apresentado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o fim de obter o grau de Doutor em Medicina. O trabalho é aprovado com distinção, e também dedicado além dos seus familiares, ao Dr. Henrique da Silva Fontes, com a sua amizade.

Vejam na nota introdutória, o seu desejo de edificar a nação numa “nova raça”, fruto da miscigenação:

*Ainda que sem fazermos, neste momento,
profissão de fé patriótica, não descremos do Brasil forte,*

¹⁷ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo. Brasiliense, 1985. p.13.

*do Brasil grande que se prepara. É preciso crer, é preciso ter fé e assim animados trabalhar na conquista e no preparo da terra, no preparo e no aperfeiçoamento da raça ... a raça nova, [sem grifo no original] mixta de bravura e de força, raça que se funde hoje, no mesmo cadinho em que se ligam as diversidades ethnicas. A nação se erguerá, conquistando o mais alto grau de progresso e de cultura, construído, sólido e inabalável, o edificio da nacionalidade.*¹⁸

O discurso de Oswaldo Cabral e o de Bilac, parecem confirmar a recorrência da educação e da saúde como as principais fórmulas para a cura de todos os males brasileiros. Evidencia-se também o cruzamento de suas idéias para a salvação nacional: a “*regeneração muscular e física*”, que significa a formação da “*raça nova mixta de bravura e de força*”. Percebe-se no discurso desses intelectuais o ideário de trabalhar no “*aperfeiçoamento da raça*”, tributária da mestiçagem das diversidades étnicas.

A Série Fontes é reveladora da presentificação do discurso de intelectuais que assinam as lições sobre a natureza do corpo humano e orientam para uma conduta de hábitos de higiene, como se pode perceber pelos exemplos extraídos e aqui transcritos.

Essa é uma crônica do Barão de Macahubas, Abílio Cesar Borges, autor de uma série de Livros de Leitura, publicada no final do século XIX. No conteúdo dessa série constatamos a mesma orientação das virtudes cívicas e morais que encontramos na Série Fontes.

Noções de hygiene

Alimentação

Comer a horas certas e somente quanto possa o estomago digerir sem custo, eis a primeira das condições

¹⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Problemas educacionais de hygiene. Rio de Janeiro, 1929. p.II-III.

para a saúde e o vigor do corpo, uma vez que as iguarias sejam sãs, succulentas e convenientemente variadas.

Os meninos gulosos [...] ficam de ordinario pansudos, soffrem sem cessar desarranjos intestinaes, perdem a côr, tornam-se feios, fracos, doentes e portanto infelizes.

Asseio

O asseio do corpo e dos vestidos, além de ser uma necessidade social, a fim de se não tornar uma pessoa desagradavel e mesmo incômoda áquelles com quem trata, é de grande importancia para a conservação da saúde; [...]

Dahi a necessidade do uso freqüente de banhos.

Demais , vós todos sabeis quanto desgosto causa a compahia das pessoas desleixadas, que não guardam asseio em seus vestidos, conservam as unhas grandes e sujas, os dentes cheio de limo e de fragmentos de comida, que, ahi apodrecendo, communicam á bocca um cheiro insuportável.

E esses outros que não lavam convenientemente os rostos e deixam as orelhas e o pescoço no mais censuravel desasseio ?!

E aquelles que, por preguiça de se pentearem, deixam que de bichos se lhes incem as cabeças ?!

O trabalho

O trabalho moderado, quer do corpo, quer do espirito, concorre muito poderosamente para a conservação da saúde.

Somno

.....
Deitar cedo e levantar cedo, é um importantissimo preceito de hygiene, autorizado pela experiencia de todos os tempos.

Precauções diversas

Muitas outras preocupações aconselha a higiene para a conservação da saúde, taes como: conservar sempre quentes os pés; [...] não emprehender trabalho algum serio de espírito, nem fazer algum exercício violento, logo depois das refeições; [...] etc., etc. (2º L. 1920, p. 93-96)

As noções de higiene na alimentação, asseio, trabalho e sono visam sobremaneira, a conservação da saúde e o vigor do corpo para exercer o “trabalho moderado”. Com essa finalidade são descritos minuciosamente os hábitos de higiene diária para o corpo das crianças e dos adultos.

Desde a escolha e a qualidade dos alimentos, e sua ingestão nas horas e intervalos certos. Portanto, conservar a saúde é cuidar do bem-estar, fazendo a sua e a felicidade de todos.

No asseio, além da conservação da saúde, necessitamos de regras de convívio social ou nos tornaremos pessoas desagradáveis e até indesejáveis. Por isso, devemos diariamente tomar banho, escovar os dentes, pentear os cabelos etc. E, “tomar cuidado” em não exercitar o espírito e o corpo “depois das refeições”. Estas questões foram bastante reforçadas na Série Fontes, cuja grande difusão nas Escolas Públicas da época denota a importância que vinha sendo dada à higiene e à saúde e por extensão a uma política de saneamento básico da Capital, principalmente, como mostram vários trabalhos de historiadores catarinenses que estudaram a instauração de uma nova prática.¹⁹

As orientações para os cuidados de higiene já estão presentes na Cartilha Popular, como por exemplo: “*Os meninos devem trazer sempre as mãos e as unhas muito limpas.*” (p. 48). No Terceiro Livro (1929), a lição “Preceitos higienicos” (p. 23) aparece como “Ext.” (Extraído) e nos diz em versos:

¹⁹ KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do Viver Urbano em Florianópolis – 1910/1930*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*É conservar a saúde
Que a hygiene tem por fim:
Ser ella grande virtude
Affirmam todos assim.*

*E assim é, chegam a velhos,
Vivem sãos e são perfeitos
Os que attendem seus conselhos,
Os que seguem seus preceitos.*

.....

O teor dessas lições nos revelam as “leis de civildade” e de bons hábitos de asseio para o corpo humano. Conservar a saúde do corpo, é a tônica desenvolvida pelos intelectuais que pretendem a salvação nacional.

Na continuidade do discurso de Oswaldo Rodrigues Cabral, em sua obra citada, Problemas Educacionais de Hygiene, fica evidente o papel dos intelectuais na construção do ideário nacionalista, que cumpre fundamentar os alicerces da nação e, portanto, *“se não formos os precusores da obra formidavel de levantar o gigante que dorme ao ‘som do mar e á luz do ceu profundo’ pelo menos, os continuadores daquelles que, dentre nós, accalentando o mesmo sonho, pelo muito que fizeram, se ‘foram da lei da morte libertando’. É preciso ter fé. É preciso crer. Crer no Brasil, no Brasil grande, no Brasil magnifico”*.²⁰

Alcir Lenharo em seus estudos sobre o corpo e o poder conclui: *“A tentativa de conhecer e desvendar os segredos da organização das sociedades de seu tempo tem levado sucessivos pensadores [Hobbes, Santo Tomás de Aquino, Rosseau, Spencer] a aproximá-las, comparativamente, à forma e ao funcionamento do corpo humano.”*²¹

Segundo este autor a aproximação entre a sociedade e o corpo humano é especialmente realizada pelos intelectuais organicistas do século XIX após a introdução do conceito da divisão do trabalho. Um bom exemplo da aplicação do organicismo entre os intelectuais brasileiros, encontra-se na obra

²⁰ CABRAL, Problemas..., op.cit., p.III.

²¹ LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, SP : Papyrus, 1986. p.139.

A Organização Nacional de Alberto Torres. Seus estudos estão fundamentados no pensamento político de Spencer, demonstrado num texto de 1860: *Organismo Social*. Alberto Torres exterioriza no trabalho mencionado suas intenções políticas: “A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto de harmonia, de equilíbrio.”²²

Assim, constatamos nesse ideário um conjunto de forças na sociedade organizada com todos os seus membros e dirigida pelo Estado. O equilíbrio deste está diretamente relacionado com a harmonia existente entre os seus cidadãos. A aproximação entre o corpo humano e a sociedade significa o organismo individual e o organismo social. Nesse sentido, o desenvolvimento do corpo total depende de cada uma das partes integradas. Enfim, do desenvolvimento individual depende o desenvolvimento social.

Na Série Fontes, além de “Noções de Hygiene” compilada de Abílio Cesar Borges, encontramos outras lições que nos revelam a aproximação entre os deveres para com a saúde do corpo humano e o bem-estar social.

A Cabeça

A cabeça está coberta pelo cabelos. Os cabelos servem para proteger o **crânio**.

O crânio é uma caixa formada de ossos, e tem dentro o **cérebro**. O cérebro é o órgão do pensamento e da inteligência.

.....
Na parte inferior da testa ficam as **sobrancelhas**, que também se chama **sobrolhos**. As sobrancelhas são dois arcos de pêlos, e servem para impedir a caspa de chegar aos olhos, e também para desviar destes o suor que escorre da testa. (2º L. 1935 p. 16)

Da cabeça e das orelhas

-Como se ha de conservar a cabeça?

.....
Os movimentos da cabeça devem ser moderados e dignos, naturais e sem afetação.

²² LENHARO, *Sacralização ...*, p. 143-144.

Fôra violar as leis da civilidade responder batendo, ou sacudindo com a cabeça, e desasseio coça-la, ou passar a mão por entre os cabelos, maiormente á mesa.

- Que tais os meninos que trazem os ouvidos pouco asseados, ou os limpam com os dedos diante de gente, ou sopram e dão gritos nos ouvidos dos outros?

.....
Este órgão do ouvido, que nos foi dado pelo Criador, não deve ser manchado com palavras feias e indecentes, e só deve abrir-se a discursos honestos e sensatos. (2º L. 1935, p. 17)

As lições a seguir “Do nariz” e “Dos braços”, também são assinados pelo bispo D. Macedo Costa, e seus conteúdos, além das regras de civilidade, nos revelam um momento de transição na sociedade brasileira. O país encaminha-se para as grandes reformas urbanas e sanitaristas do início do século; período caracterizado pelo crescimento industrial e a expansão demográfica, que se fazia sentir também em Santa Catarina.

Do nariz

Que regras de civilidade cumpre observar quanto ao nariz?

.....
3º. Levar a mão ao nariz, ou introduzir o dedo nas fossas nasais é desasseio e grosseria imperdoáveis e além disso costume perigoso pelos incomodos que pode acarretar e de que nos podemos ressentir muito tempo depois. Devem, pois, os pais tratar com desvê-lo de fazer evitar isto ao meninos.

4ª. Há de se espirrar sem estrondo e guardando asseio e modéstia conveniente. (2º L. 1935, p.34)

Dos braços

- Que tendes para ensinar-me a respeito dos braços?

-Lembrar-te-ei sómente que não é permitido agitá-los demais, quando se anda, nem estendê-los sôbre a mesa, ou apoiar nela os cotovelos, quando se escuta ou se fala; nem usar dos mesmos cotovelos como armas para abrir caminho por entre um grupo de pessoas. Tudo isso é contrário aos bons modos e á urbanidade.

.....
- Deve-se apertar a mão a todos?

- Não; apresentar a mão a um superior é censurável adiantamento; só se ele quer primeiro dar-nos êste sinal de bondade; então, sim devemos apresentar-lhe a mão, inclinando-nos em sinal de reverência e gratidão. Em geral, como o apêrto de mão é sinal de afeição familiar, só o devemos dar ás pessoas amigas. (2º L. 1935,p. 79).

As relações sociais na lição “Dos braços”, são reveladoras de um rígido caráter hierárquico, considerando-se a posição de sujeição dos subordinados. Portanto, apertar a mão, só é permitido entre as pessoas de grande intimidade.

Esta posição nos traz à tona um discurso do autor de obras didáticas Joaquim Maria de Lacerda, na lição “Defeitos que se devem evitar na sociedade”, Segundo Livro (1920). Esse autor também emite na edição de 1935, sua opinião sobre a função dos braços e das mãos. Numa linha idealista, Joaquim M. Lacerda descreve as vantagens da superioridade do homem em relação a todos os animais, porque sua mão é guiada pelo entendimento e, por isso, é capaz de fabricar e utilizar-se de diversos instrumentos que o beneficiam na sua relação com a natureza. E acrescenta, o seu potencial para desenvolver as artes e as letras, bem como erguer templos “para render culto a Deus” (p. 77-78) .

“As pernas e os pés” é uma lição não assinada, e nos parece ter sido acrescentada, por Henrique Fontes, com a finalidade de completar a temática da natureza do corpo humano (p. 62). Em uma outra lição sobre “A boca” (p. 39-40), de Hilário Ribeiro, e “A atitude erecta” (p. 47), de José Rangel, conclui-se

no Segundo Livro, o círculo das “Noções de hygiene” iniciado por Abílio Cesar Borges e, que concederá à “raça nova”, força e brio na conquista da redenção da pátria.

Lúcia Lippi Oliveira no capítulo “Os intelectuais, a nação e o poder”, da sua obra, A questão nacional na Primeira República, faz algumas considerações sobre a “missão” dos intelectuais, que independente de sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, pensaram e propuseram alternativas para a “salvação nacional”. “*Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição*”.²³

Nessa perspectiva, a educação e a saúde são retomadas como “*as verdadeiras soluções para a nação*”. Ainda, segundo Oliveira: “*sabemos que em momentos de crise da sociedade brasileira, como na proclamação da República ou durante a Primeira Guerra Mundial, cresceu a consciência dos problemas do país e construíram-se soluções em que a busca da identidade nacional predomina sobre as visões e interesses parciais*”.²⁴

Em um clima de construção de uma nova ordem mundial surgem modificações internas tais como: a inauguração da República, o fim de uma economia escravagista, a emergência de uma classe média e portanto, o fazer-se de uma “outra” tradição. A tradição é aqui interpretada com um novo significado, isto é, vai buscar na história a memória coletiva, reelaborando-a com fragmentos do passado e apoiando-se neles para instalar o presente, o “novo”. É um momento diferenciado do nacionalismo brasileiro.

Esta questão da saúde e da higiene foi uma constante entre os intelectuais e escritores das primeiras décadas do século XX. Em Monteiro Lobato²⁵, a questão da saúde toma proporções nacionais com a figura de Jeca Tatu, no conto Urupês (1918), o

²³ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p. 187.

²⁶ Id. Ibid., p. 13

²⁷ Monteiro Lobato (1882-1948). Lançou a Revista do Brasil (1916). Foi um dos fundadores da Companhia Editora Nacional. Sua tônica é a criação fantasiosa como o Sítio do Pica-pau Amarelo (ELB, p.818-819. v.2). Ele assina apenas duas fábulas na Série Fontes: “A rã e o boi” (2º L. 1935, p.37-38) e “O velho, o menino e a mulinha” (3º L. 1929, p. 90-91), ambas de caráter ético e moral para a educação infantil.

personagem criado pelo autor, para caracterizar o caboclo brasileiro, pobre, infestado de doenças, incapaz para o trabalho produtivo do campo. (ELB,p.745.v.2).

O conto Urupês encontrou projeção nacional, e despertou a atenção de Rui Barbosa, que o citou em discurso de campanha política (1919, RJ), e criticou a visão depreciativa de Monteiro Lobato. Após, decorrida quase uma década, ele publica um outro conto A Ressureição (1927), que se insere numa linha de valorização do caboclo brasileiro na literatura, entre eles, o Juca Mulato de Menotti del Picchia. Com o tipo do Jeca Tatuzinho, curado da verminose, tornando-se assim “próspero e feliz fazendeiro”. No final do conto ele escreve:

Meninos: nunca se esqueçam desta história; e quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho desta gente produzir três vezes mais. Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente. Ter saúde é a grande qualidade de um povo. [sem grifo no original]
(ELB, p. 348. v.1)

Essa historieta era utilizada pela Biotônico Fontoura (remédio popular) para distribuição gratuita nas escolas. Enfim, o povo brasileiro estava reabilitado, nada que saúde e educação não pudessem “curar”.

A principal “missão” do professor é “*educar physica, moral e intellectualmente*”. Esse apostolado pode traduzir-se em: orientar os hábitos de higiene para conservação da saúde, e formar o cidadão excelente, que irá lutar pela defesa da nação. Enfim, um cidadão civilizado, fruto da “raça nova” e por isso consciente de seus deveres para com a família, a sociedade, a pátria e a humanidade. Eis a nova tradição proposta pela Série Fontes!

Abstract: The article intends to reveal the educational and social project in *Série Fontes'* school books, published and thoroughly used at the public schools of Santa Catarina, in a moment of revivification of the Brazilian nationalism.

Key-words: *Série Fontes*; homeland (nation); public education.
